

Anglicanismo (s): As raízes da identidade Anglicana

John L. Kater*

Introdução

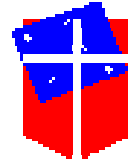
Em primeiro lugar, quero expressar minha sincera gratidão pelo convite do Centro de Estudos Anglicanos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e pela oportunidade que me oferece de conhecer mais da Igreja Brasileira, seus membros, suas lideranças, de compartilhar convosco algumas idéias sobre a história do anglicanismo, sobre sua situação atual e, acima de tudo pela possibilidade de dialogar com a comunidade anglicana no Brasil nesse momento que, embora tão conflitivo, continua a ser um tempo de esperança.

O tema que proponho para iniciar este processo de diálogo e partilha é "Anglicanismo(s): as raízes da identidade anglicana". Considero um tema necessário e pertinente para qualquer esforço de compreender a situação atual que enfrentamos. É um tema que há anos vem me preocupando, desde quando comecei a tentar entender e responder a várias questões que tem sacudido a Comunhão Anglicana ao longo dos anos.

Esse assunto é um elemento central de minha própria experiência eclesial. Tenho tido a oportunidade de conhecer e experimentar a prática do anglicanismo em várias partes dos Estados Unidos, em Québec (a província francesa do Canadá), na Inglaterra, Panamá e outros países da América Central. Nos últimos anos tive a oportunidade de passar longos períodos em várias igrejas anglicanas da Ásia: Filipinas, Japão, Hong Kong e Coréia do Sul.

Todas essas experiências me convenceram de duas verdades fundamentais que caracterizam o anglicanismo em nível mundial. Por um lado, percebemos enormes deferentes nas formas litúrgicas de culto, na política e administração eclesiástica, nos valores, na prática da espiritualidade e do ministério. São variações que refletem as diferentes culturas e perspectivas nas quais a fé cristã se expressa. Por outro lado, torna-se claro e evidente que, por trás de todas essas diferenças na expressão concreta da fé, há certas perspectivas, atitudes e modos de ação que indicam que essa diversidade se enraíza em uma tradição comum. O desafio que enfrentamos

* O Rev. Prof. John Kater é Doutor em Teologia, clérigo da Diocese da Califórnia e Professor titular da Church Divinity School of Pacific, instituto ligado à Universidade de Berkeley na Califórnia. Este e os demais artigos foram apresentados na forma de conferências em várias cidades do Brasil durante o ano de 2006.



neste momento histórico é o de analisar e identificar como esses elementos se relacionam uns com os outros para, assim, descobrir se de fato existe uma realidade vivida que possa denominar "anglicanismo" ou se, no século XXI, seria preferível falar em "anglicanismos" no plural. Por isso, o título dessa apresentação apresenta-se como uma possibilidade: "Anglicanismo(s)" com o "s" entre parêntesis.

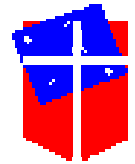
O primeiro conceito de Anglicanismo

Como é do conhecimento de todos, tanto o termo "anglicanismo" como seu conteúdo histórico refere-se, em primeiro lugar, à Igreja da Inglaterra. Mais à frente quero ressaltar a questão da relação entre o contexto inglês e o anglicanismo atual. Porém, é preciso destacar que, o primeiro significado histórico do termo se refere especificamente à história do cristianismo tal como foi expresso na Inglaterra antes, durante e depois da Reforma do século XVI.

A história da Reforma inglesa em si é bastante complexa, já que ela se desenvolveu em várias e diferentes etapas. Às vezes esse processo parece como uma dança ou uma procissão de dois passos para frente e um passo para trás. Apesar de ter prevalecido em muitas visões históricas a interpretação de que a ruptura inicial com Roma estava relacionada apenas ao desejo do rei Henrique VIII de divorciar-se de sua primeira esposa Catarina de Aragão (ato definitivo pelo qual o rei conseguiu a independência da Igreja inglesa), as mudanças mais dramáticas e os princípios desenvolvimentos comumente identificados com o anglicanismo não surgiram durante o reinado de Henrique, mas sim sob o reinado de seu filho Eduardo e de sua filha Isabel.

O conceito de igreja utilizado por Henrique e pelo Arcebispo de Cantuária, Thomas Cranmer para estabelecer uma igreja independente, dependia de um modelo imperial que surgiu durante a época do estabelecimento do cristianismo como religião oficial do Império Romano, começando com o imperador Constantino e seguido por seus sucessores cristãos. Nesse modelo, o império e a igreja se consideravam como duas faces da mesma moeda, ou melhor dizendo, duas perspectivas sobre uma só realidade (e essa realidade era o mundo). O papel do imperador era considerado como vocação divina que impunha seus deveres como pai e guia do povo, chamado a zelar pelo bem-estar material e *espiritual* de toda população sob seus cuidados.

Esse foi o modelo que condicionava Henrique e o Arcebispo Cranmer e que os levou a insistir que a Inglaterra satisfazia a definição de um império e que seu monarca ocupava o posto de imperador. O efeito dessa argumentação é reclamar para o monarca todas as prerrogativas de autoridade, tanto estatal como eclesial, direitos que antes pertenciam ao papados, tais como nomear bispos, definir as "heresias",



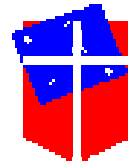
estabelecer os limites da reflexão teológica, a liturgia, o ministério ordenado e até mesmo a prática espiritual. O anglicanismo do tempo de Henrique VIII era algo estritamente definido e limitado, até mesmo totalitário, pois a pena capital ameaçava todos os que se atrevessem a cruzar os marcos impostos pelo rei. Portanto, o anglicanismo foi, inicialmente, um fenômeno nitidamente inglês. O conceito, tal como articulado por Henrique e Cranmer partia do pressuposto de que a Igreja católica se expressava através das *igrejas nacionais*. Como assinala Paul Avis, destacado historiador da Igreja da Inglaterra, “a identidade anglicana é inseparável do nascimento de uma identidade nacional”.¹

Após a morte do rei Henrique, abriu-se espaço político e religioso para que o Arcebispo Cranmer e seus aliados fizessem mudanças mais radicais, compartilhando muitas ênfases dos reformadores protestantes do continente europeu. Durante o reinado do jovem Eduardo VI, que assumiu o trono com a idade de nove anos e morreu seis anos depois, apareceram duas versões do Livro de Oração Comum, a primeira liturgia em inglês, com a negação oficial da doutrina da transubstanciação e da Eucaristia como sacrifício, a ampla destruição das imagens, a condenação de qualquer culto aos santos e a proibição do uso de vestimentas tipicamente romanas associadas à celebração da Eucaristia.

Eduardo foi sucedido no trono por Maria, a filha de Henrique e de sua primeira esposa, Catarina. Como sua mãe, Maria praticava um catolicismo romano apaixonado e sincero e considerava que Deus havia preservado sua vida para dar-lhe uma missão: restaurar a Igreja da Inglaterra ao controle papal. Seu breve reinado foi marcado por uma sangrenta perseguição dos partidários do cristianismo reformado que não conseguiram escapar para os países protestantes do continente. Três bispos, entre eles o Arcebispo Cranmer, perderam sua vida porque não aceitaram reconciliar-se com a Igreja Católica Romana.

O reinado de Maria foi até mais breve que o de seu irmão Eduardo. Depois de sua morte, Elisabeth (nos países de língua hispânica a transliteração mais utilizada é “Isabel”), filha da famosa segunda esposa de Henrique, Ana Bolenha, foi coroada como rainha. Elisabeth I assumiu de modo muito sério sua responsabilidade como “governadora suprema” da Igreja. Ela deteve o processo de reconciliação com o papado, restaurou a independência da Igreja inglesa e deu boas-vindas aos clérigos e bispos exilados durante a perseguição da rainha Maria. Elisabeth reconheceu o perigo que ameaçava seu trono procedia das ondas de conflito religioso desatadas por sua ascensão ao poder. Ela estava consciente da presença de um grande número de clérigos e leigos, eruditos e humildes, que continuavam tentando praticar sua fé sob o estilo da “velha igreja” e que eram apoiados por vários tronos europeus. Esses clérigos e leigos, mesmo que pudessem se sentir incomodados pela mão pesada de

¹ Paul Avis, *Anglicanism in the Christian Church* (Londres, 1989), p. 17.



um Papa estrangeiro, ainda preferiam a vida cristã tradicional tal como havia sido praticada nos tempos de Henrique. Mas havia outros, sobretudo entre os exilados e os que retornaram à Inglaterra, cuja vida havia sido salva por protestantes, e que, na convivência com esses protestantes, participaram de seus cultos e de sua educação e reflexão teológica. Para eles, a Igreja da Inglaterra à qual regressaram ainda necessitava de muitas mudanças para que se adequasse ao padrão das igrejas européias reformadas.

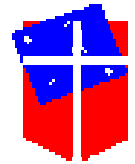
Isabel reconhecia que a unidade da nação e a própria sobrevivência nacional dependiam de alcançar uma forma de vida eclesial nacional que, sem satisfazer a ninguém por inteiro, criasse um espaço no qual os dois pólos da identidade anglicana pudessem sentir-se acomodados. O "Pacto elisabetano" (ou "Acordo de Isabel", como é conhecido em outros lugares) efetuado nos primeiros anos de seu reinado não conseguiu convencer seus súditos mais extremistas, os romanos e os discípulos dos reformadores europeus, mas estabeleceu as pautas que definiram a forma de anglicanismo que perdurou na Inglaterra por muitos anos. O Pacto possibilitou um ambiente no qual se toleravam as diferenças teológicas privadas. Elisabeth declarou que não lhe interessava examinar muito profundamente a alma humana. Algumas das mudanças mais extremas da época de Eduardo foram abandonadas, como por exemplo, a negação da presença real de Cristo no sacramento, negação explícita no segundo LOC de 1552 e enfatizada pela rubrica que dizia que o pão eucarístico que sobrasse fosse levado pelo pároco para sua residência para a ceia dominical de sua família². Mas o LOC de Elisabeth mantinha o corpo da fé, culto e política herdado de seu pai Henrique e de seu irmão Eduardo e, sobretudo, do Arcebispo Cranmer. O Parlamento apoiou o Acordo aprovando leis que impunham conformidade litúrgica e uma lealdade absoluta à rainha em seu papel de definir e dirigir a Igreja. A rainha considerava que, com o tempo, um comportamento comum conduziria a uma fé comum.

A Igreja da Inglaterra se relacionou com as igrejas luteranas e reformadas como igrejas irmãs. Conforme Paul Avis, a base desse relacionamento era o princípio de que "onde está o Evangelho, está Cristo; e onde está Cristo, aí está a Igreja"³. A única exigência necessária para uma autêntica identidade eclesial era que se possuísse o Evangelho⁴. Durante os reinados de Eduardo e Elisabeth, clérigos anglicanos e europeus compartilhavam responsabilidades pastorais e litúrgicas sem referência ao tipo de ordenação que haviam recebido. Durante os primeiros cento e cinquenta anos da Igreja anglicana reformada, os anglicanos desejavam uma união mais formal entre as diferentes igrejas da Reforma. O arcebispo de Cantuária,

² *The First and Second Prayer Books of Edward VI* (New York, 1910, 1957), 392.

³ Paul Avis, *The Church in the Theology of the Reformers* (London, 1981), 221.

⁴ Paul Avis, *The Church in the Theology of the Reformers* (London, 1981), 221.



Sancroft, pediu as orações de todos "por uma bendita união universal de todas as igrejas reformadas locais e estrangeiras".⁵

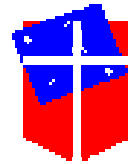
A doutrina chave de todos os reformadores era a da justificação pela graça mediante a fé, lema paulino ressaltado por Martinho Lutero como brado de batalha contra o que ele considerava "excessos" de Roma. Os reformadores concordavam que o Evangelho se faz presente por meio da Bíblia, pregada e exposta de maneira consoante a seu propósito salvífico. Por fim, o culto protestante não negava a importância dos sacramentos, mas os interpretava como "Palavra atualizada", vivida, ou "Verbo concretizado". Pode ser que aqui se encontre a raiz do conflito eucarístico entre católicos romanos que insistiam no sacramento como meio de comunicação da presença de Cristo e os protestantes que, sem negar a possível presença de Cristo de algum modo na eucaristia, enfatizavam mais a comunicação da mensagem da salvação. Nas palavras do segundo LOC de 1552, "*Toma e come este em memória de Cristo ter morrido por ti, e dele te alimenta em teu coração, por fé, com ação de graças*". Segundo o erudito Heiko Oberman, "o culto da Reforma não é individualista... a própria administração da Palavra é compreendida como ação corporativa... o Espírito Santo reúne a Igreja principalmente *através da pregação*" e o sermão serve como "ação corporativa que liga o ato de falar e o de ouvir"⁶.

A história das diferentes igrejas reformadas revela muitos esforços (e também fracassos) por alcançar um acordo que lhes permitisse uma união formal e permanente. Os seguidores de Lutero e Calvino fracassaram em várias tentativas de alcançar um consenso doutrinário e a existência de uma igreja anglicana que compartilhava elementos com ambos os grupos serviu para complicar ainda mais o assunto.

Além disso, os anglicanos durante o reinado de Elizabeth ficaram divididos entre si diante das mudanças permitidas ou incentivadas por ela. A Igreja da Inglaterra considerava que os elementos principais de seus ensinamentos eram parecidos com as doutrinas das igrejas protestantes da Europa. A maioria do clero anglicano da época era calvinista em sua teologia, alguns até mesmo em todos os detalhes do calvinismo. Até o bispo Joseph Hall, defensor do episcopado como de direito divino, afirmou que não havia diferença em qualquer assunto essencial entre a Igreja da Inglaterra e suas igrejas irmãs da Reforma: "Concordamos em cada ponto da doutrina cristã, sem a menor variação. Suas confissões públicas e as nossas são provas

⁵ Norman Sykes, *The Church of England and Non-Episcopal Churches in the Sixteenth and Seventeenth Centuries: An Essay Towards an Historical Interpretation of the Anglican Tradition from Whitgift to Wake* (London, 1948), 3.

⁶ Heiko A. Oberman, "Reformation, Preaching, and *Ex Opere Operato*," en *Christianity Divided: Protestant and Catholic Theological Issues* (Londres, 1962), 226-228



suficientes ao mundo de nosso consenso pleno e absoluto. A única diferença está na forma de administração do governo da igreja".⁷

No entanto, alguns anglicanos, principalmente os que haviam sido nutridos pela doutrina de João Calvino e seus sucessores e influenciados por sua experiência com as Igrejas reformadas, aceitaram o argumento calvinista de que o papel do bispo como ordem distinta de ministério não encontrava suficiente apoio bíblico. Tampouco se sentiam cômodos com o uso prescrito de uma liturgia fixa como a do LOC, preferindo a "oração livre" e o culto focado no sermão ao invés da liturgia oficial da Igreja da Inglaterra.

Os mais radicais começaram a ser denominados "puritanos" por seu desejo de "purificar" a Igreja dos resquícios de seu passado católico-romano. Depreciam o episcopado e outros aspectos que consideravam "papistas" na Igreja da época, tais como o sinal da cruz no Batismo, o uso de alianças no matrimônio e a celebração de festas não bíblicas como o Natal. Apesar de os 39 Artigos de Religião emitidos pela Igreja em 1563 e aprovados pelo Parlamento sete anos depois, afirmarem que a Bíblia "contém todas as coisas necessárias para a salvação", os puritanos preferiam considerar a Bíblia mais como uma *regra* capaz de definir marcos de fé e prática que como um *guia* que nos fornece critérios para a fé e prática cristãs.

Os puritanos insistiam que "existia uma forma certa de governo eclesial discernível no Novo Testamento, e essa era presbiteriana no caráter; outro tipo de governo representava desobediência a Deus e era um impedimento fatal para a salvação da Igreja"⁸. O arcebispo Whitgift representou, por sua vez, a postura majoritária dos anglicanos quando escreveu "eu não encontro nenhum tipo certo e perfeito de governo prescrito ou ordenado nas Escrituras para a Igreja de Cristo, o que estaria claro nas Escrituras se esse fosse um assunto essencial para a salvação da Igreja".⁹

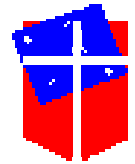
Embora durante o reinado de Henrique VIII, o Arcebispo Cranmer tenha escrito que tanto o episcopado como o sacerdócio foram instituídos por autoridade divina e não humana¹⁰, a maioria dos anglicanos do século XVI considerava que o episcopado não era de origem divina (*jure divino*), mas apostólica (*ex Apostolica designatione*), e por isso venerável, útil e apropriado, já que por trás dos apóstolos existia outra

⁷ Citado por Sykes, *The Church of England and Non-Episcopal Churches*, 23.

⁸ Diarmaid McCulloch, *The Late Reformation in England 1547-1603* (London, 1991), 55.

⁹ McCulloch, *Late Reformation*, 44.

¹⁰ Thomas Cranmer, "De Ordine et Ministerio Sacerdotum et Episcoporum," em *Miscellaneous Writings and Letters of Thomas Cranmer* (Cambridge, 1846), 484.



autoridade maior, a do próprio Cristo¹¹. Os ritos de ordenação, tanto do LOC de 1549 como o de 1552 também prescreviam três ordens distintas, cada uma com suas próprias funções. Mas até os que defendiam o episcopado como apto para a Inglaterra não julgavam as estruturas das igrejas protestantes do continente, considerando que a forma como foram desenvolvidas respondia às necessidades e circunstâncias de cada igreja. Esta era a postura do teólogo anglicano mais destacado da época, Richard Hooker.

Foi na última década do reinado de Elizabeth que apareceram algumas vozes apoiando um conceito mais restrito da presença dos bispos na Igreja. O famoso pregador Lancelot Andrews distingue entre “a natureza e essência verdadeiras de uma Igreja” que podia ser compartilhada com os protestantes e “a integridade ou perfeição de uma Igreja”, que não se encontrava nas igrejas protestantes¹². Também o bispo Thomas Bilson, escrevendo nos últimos anos daquele século, insistia que os bispos são os sucessores dos apóstolos e compartilhavam com eles o chamado de Cristo e a direção do Espírito Santo¹³.

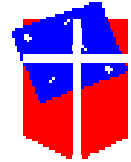
No século XVIII, o conflito entre puritanos e episcopais se intensificou em lutas não apenas teológicas mas também políticas e militares, uma vez que o rei Tiago I Stuart (ou Jaime I), rei da Escócia e sucessor de Elisabeth no trono inglês, interpretava o episcopado à luz de um modelo que reunia a autoridade dos bispos com o poder divino do monarca. Segundo ele, “o estado da monarquia é a coisa mais suprema na terra, porque os reis não apenas são os tenentes de Deus na terra... se considerarmos os atributos de Deus, veremos que estão de acordo com a pessoa de um rei”¹⁴. Os puritanos, por sua vez, viam as pretensões do partido real como não bíblicas e como ameaças aos direitos do Parlamento e, por trás dos direitos do Parlamento, o direito da comunidade cristã de supervisionar o manejo do poder político. Não há tempo para repassar a triste história das relações entre o Parlamento e a dinastia Stuart, que culminou em uma guerra civil, a execução do arcebispo de Cantuária William Laud em 1645, a morte do rei Charles I, o exílio de seu herdeiro quatro anos depois, a abolição do episcopado, o estabelecimento de uma Igreja de governo presbiteriano e, finalmente, a ditadura militar sob Oliver Cromwell.

¹¹ E. T. Davies, *Episcopacy and the Royal Supremacy in the Church of England in the XVI Century* (Oxford, 1950), 57.

¹² Sykes, *The Church of England and Non-Episcopal Churches in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*, p. 16.

¹³ E. T. Davies, *Episcopacy*, pgs. 28, 33.

¹⁴ Citado em Ian Bradley, *God Save the Queen: The Spiritual Dimension of Monarchy* (London, 2002), 100.



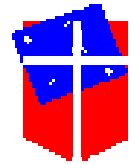
A morte de Cromwell e a queda do regime militar foram seguidas pelo regresso de Carlos II Stuart em 1660 e a restauração do episcopado na Igreja da Inglaterra. Nesse momento histórico houve vozes que reclamavam algum tipo de ação pacífica para efetuar a reconciliação entre anglicanos episcopais e puritanos presbiterianos, já que muitos pastores haviam sido ordenados por presbíteros durante a ausência dos bispos. No entanto, a Conferência de Savoy, convocada em 1661, recusou as solicitações dos delegados puritanos e, em 1662, quase 200 clérigos que não aceitavam a ordenação episcopal e o uso do LOC foram destituídos de suas paróquias. Apesar dos esforços do Parlamento e do rei para dificultar a prática da fé fora da Igreja da Inglaterra, desde esse ano um número significativo de cristãos ingleses já estava vivendo sua fé como “não-conformistas” ou “dissidentes”, sofrendo várias formas de discriminação. Aos não-conformistas não era permitido reunir-se para fins religiosos em grupos com mais de cinco pessoas; os clérigos destituídos foram exilados a uma distância de, no mínimo, oito quilômetros de suas paróquias anteriores e os postos governamentais e altos cargos militares ficaram restritos aos comungantes da Igreja da Inglaterra. Mas em que pese essas medidas, o povo inglês não alcançou a esperada unidade religiosa com a restauração da monarquia e de uma igreja episcopal. Ao contrário, esse momento histórico representou o início da aceitação do pluralismo religioso, apesar do lugar privilegiado ocupado pela Igreja estabelecida e oficial. Comenta o historiador Diarmaid McCulloch “nesta obra de recriação e adaptação sutil, a Igreja da Inglaterra criou uma nova síntese teológica que se denomina ‘anglicanismo’. É uma criação que teve alguns resultados felizes e frutíferos, mas algo que Cranmer, Latimer e Ridley teriam abominado”¹⁵.

Avaliação

Este resumo da história do desenvolvimento do anglicanismo em seus primeiros cento e cinquenta anos nos situa nitidamente no passado de um povo cujo contexto é completamente diferente do nosso por etnia, cultura, idioma e por mais de três séculos. Por isso é necessário fazermos várias perguntas: O que tudo isso tem a ver conosco? O que podemos captar dessa visão panorâmica do desenvolvimento da Igreja da Inglaterra durante seu primeiro século e meio e que possa ter relevância para nossa própria experiência religiosa e eclesial? Quero apontar, a partir dessa visão, alguns elementos que considero valiosos e interessantes para nós, anglicanos do século XXI.

Já sublinhei a importância do conceito de nacionalidade no desenvolvimento da Igreja inglesa. Esse desenvolvimento sustenta que os cristãos não experimentam a

¹⁵ Diarmaid MacCulloch, *Tudor Church Militant: Edward VI and the Protestant Reformation* (London, 1999), p. 221.



Igreja abstratamente mas sim através de manifestações “particulares”, definidas pelo que os reformadores chamavam “nações” e que nós denominaríamos “povos” ou “culturas”. Uma igreja particular deve ser parte integrante da identidade popular de uma região.

Os reformadores anglicanos consideravam que essas manifestações nacionais ou particulares eram estruturas dadas por Deus para ordenar a vida de um povo conforme a vontade divina. A unidade nacional e a ordem divina eram consideradas indivisíveis; por fim, o propósito do estado e da igreja era um, ainda que seus deveres e funções fossem diferentes. Ambos mereciam a lealdade dos cristãos. MacCulloch descreve o início da Reforma sob Eduardo VI como “um movimento de esperança e fervor moral, capaz de gerar um sentimento de intensa emoção (...) foi um tempo de possibilidades aparentemente infinitas, quando o povo simples acreditava que eles mesmos podiam agora influenciar o futuro”.¹⁶

O pleno significado desse conceito de “igreja nacional” foi expresso no Artigo 34 dos “Artigos de Religião”:

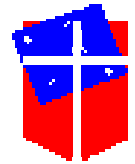
Não é necessário que as Tradições e Cerimônias sejam em toda parte as mesmas ou totalmente semelhantes; porque em todos os tempos têm sido diversas e podem ser alteradas segundo a diversidade dos países, tempos e costumes dos homens, contanto que nada se estabeleça contrário à Palavra de Deus. Todo aquele que por seu particular juízo, com ânimo voluntário e deliberado quebrar manifestamente as Tradições e Cerimônias da Igreja, que não são contrárias à Palavra de Deus e se acham estabelecidas e aprovadas pela autoridade comum (para que outros tenham fazer o mesmo), deve ser publicamente repreendido, como quem ofende a ordem comum da Igreja, fere a autoridade do Magistrado e vulnera as consciências dos irmãos débeis.

Toda a Igreja particular ou nacional tem autoridade para ordenar, mudar e abolir as Cerimônias ou Ritos da Igreja instituídos unicamente pela autoridade humana, contanto que tudo se faça para edificação.¹⁷

Por outro lado, não podemos buscar na Reforma inglesa as sementes de um movimento democrático. Embora o modelo de Igreja como entidade nacional tenha criado um amplo espaço para a participação dos leigos na vida e governo da Igreja,

¹⁶ MacCulloch, *Tudor Church Militant*, p. 126.

¹⁷ *Artigos de Religião, Livro de Oração Comum* (Igreja Episcopal do Brasil, 1950), p.610.



por outro lado os leigos que realmente participavam pertenciam às classes médias e altas de uma sociedade que ainda manifestava muitos traços do feudalismo. Em sua defesa do episcopado, o bispo Bilson escreveu, “como não pode haver paz e sim confusão, onde cada pessoa domina, do mesmo modo não haveria paz e sim uma perturbação pestilenta de tudo na Igreja de Cristo”¹⁸ e comenta MacCulloch: “o ofício do bispo, longe de ser a chave da ordem apostólica para os evangélicos da época de Eduardo, tinha matizes seculares e não sagradas. Os bispos eram governadores de uma sociedade estratificada: magistrados, membros da Câmara Superior do Parlamento – ou seja, grandes chefes da monarquia”.¹⁹

É óbvio que há muitos elementos da Igreja inglesa que não são compartilhados com outras igrejas. Em seu conceito original, uma comunhão de igrejas não se relacionaria através de seus laços com a sé de Cantuária, mas sim através de uma fé e um estilo de governo comuns. É igualmente claro que as igrejas da Comunhão Anglicana não identificam o episcopado com o poder do monarca. O modelo imperial que formou a Igreja inglesa em suas origens já não é vigente nem na Inglaterra nem em outras igrejas anglicanas.

Por outro lado, sua experiência como igreja nacional fez surgir um conceito de igrejas nacionais e populares que continua sendo parte integrante da identidade anglicana. Em 1930 a Conferência de Lambeth descreveu as igrejas da Comunhão Anglicana como “igrejas particulares ou nacionais que, como tais, promovem dentro de cada um de seus territórios uma expressão nacional e autêntica da fé cristã”²⁰.

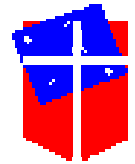
Uma tradição que busca desenvolver expressões nacionais da fé significa um conceito de igreja que, nas palavras de Paul Avis, não depende de tamanho, maioria numérica ou status oficial, mas significa uma igreja preocupada com uma missão nacional do Evangelho e um serviço nacional à comunidade, ao seu país e ao seu povo. Uma igreja nacional entende que sua missão se dirige a toda a nação, à população inteira considerada como uma grande comunidade. Uma igreja nacional se compromete a prover o ministério da palavra, sacramento e cuidado pastoral a cada setor da população. Uma igreja nacional tem uma relação estreita e de empatia com a cultura nacional e com as expressões regionais dessa cultura. Supõe-se que uma igreja nacional contribua de forma relevante nos assuntos da política social e educacional de seu povo.²¹

¹⁸ Tomás Bilson, *The Perpetual Government of Christ's Church* (Oxford, edição de 1842), 12.

¹⁹ MacCulloch, *Tudor Church Militant*, 183.

²⁰ Conferência de Lambeth 1930, Resoluções 48-49; citado em Paul Avis, *Church, State and Establishment* (London, 2001), 14.

²¹ *The First and Second Prayer Books of Edward VI*, 382.



Essas observações nos conduzem finalmente ao tema da missão, onde toda consideração sobre a Igreja deve desembocar. A Igreja da Inglaterra compreendeu sua missão em termos de sua responsabilidade para com todo o povo, pastoreando-o nesta vida e preparando-o para a vindoura. Sua liturgia manifesta preocupação pelo bem-estar da sociedade, desde a família real até os mais humildes, todos unidos ao redor da mesa do Senhor. O LOC traz as necessidades de todo o povo para o centro das orações diárias, vislumbrando uma sociedade na qual “com humildade de coração e devida reverência (todos) podem ouvir e receber (a Santa Palavra de Deus), servindo-O em Santidade e justiça todos os dias de sua vida”.²²

Refletindo sobre a natureza contextual de toda missão em 1984, a Comissão Teológica e Doutrinária do Conselho Consultivo Anglicano emitiu um documento intitulado *Por Causa do Reino*. Nesse documento, a Comissão declarou que “a Igreja não tem a fonte e o princípio de sua vida em uma sociedade ou cultura ou em qualquer grupo delas. Vive apenas desse horizonte transcendental da vida humana que é o Reino de Deus realizado no Cristo ressuscitado e existe para servir como sinal desse Reino em e para os muitos lugares sociais e culturais onde vive”.²³

Creio que nessa declaração, com seu vocabulário ecumênico e libertador bastante distante da linguagem dos reformadores, ainda podemos reconhecer algo do fruto produzido através dos séculos das raízes do anglicanismo.

²² *The First and Second Prayer Books of Edward VI*, 382

²³ Comisión Teológica y Doctrinal Anglicana, *Por Causa del Reino: La Iglesia de Dios y la Nueva Creación* (Cincinnati, USA, 1986),